



Reivindicações MAB para a Bacia do Paraopeba (MG)

Para ter reparação integral é preciso recuperar e revitalizar o rio Paraopeba, isso significa que a Vale tem que devolver para os atingidos e atingidas o acesso a água limpa, ar puro, solo descontaminado, alimentos seguros, restaurando o modo de vida e o patrimônio cultural e imaterial de toda população da bacia. Por isso, pautamos que a reparação ambiental seja realizada em sua totalidade, responsabilizando o devedor poluidor pelos danos ambientais em toda sua dimensão.

Os recursos do acordo destinados para a saúde não têm sido destinados a melhorias para atenção em saúde das pessoas atingidas, que ainda permanecem lutando para ter um atendimento que se atente às especificidades dos danos que vivem. Por tanto, é fundamental que seja garantida a participação informada dos atingidos e atingidas em todo processo da reparação ambiental. A população atingida precisa ter acesso aos documentos, e mais que isso, precisa participar efetivamente das decisões sobre o processo de reparação. Atingidos e atingidas continuam na luta, exigindo solução para o direito à Saúde e ao Meio ambiente equilibrado, que foram violados pela ganância dos poucos que lucram muito com o crime na Bacia do Paraopeba e com a conivência do Estado, que deveria proteger seus cidadãos.

Medidas urgentes

- Aprovação do Plano de Trabalho do Processo das ATIs para que elas possam atuar em outras partes da reparação, no caso a reparação socioambiental.
- Participação dos atingidos e atingidas para construção do Plano de Recuperação socioambiental, acompanhados das ATIs e movimentos sociais.
- Criação da Política Estadual de atenção à saúde da população atingida, em articulação com Ministério da Saúde, com protocolo de atendimento à população atingida e garantia efetiva de atendimento à saúde, com a realização de exames especializados, equipamentos, e tratamento por médicos especialistas, quando for o caso. Tendo todos os custos de saúde custeados pela Vale, como prevê a obrigação legal.



- Garantia de Reparação Ambiental a partir de estudos confiáveis e independentes e não feitos por empresa vinculada à Vale, com participação dos atingidos e sem qualquer intercessão e mediação da Vale.
- ERSHRE: acompanhamento dos estudos pela perita UFMG, divulgação da primeira fase dos estudos e participação dos atingidos para definição da rota de exposição.
- Criação de um espaço permanente de diálogo de representantes das pessoas atingidas, movimentos sociais e ATIs com a presença do Grupo EPA, da Aecom e dos Compromitentes.
- Divulgação dos relatórios periódicos da auditoria socioambiental da Aecom, para que a população atingida ao menos possa ter acesso ao seu conteúdo na íntegra.
- Divulgação das informações sobre onde está sendo depositado o rejeito.
- Retirar o minério de toda bacia e da zona de sacrifício.
- SISEMA deve comunicar com a população atingida sobre os programas, sobre o Plano em construção e sobre as ações emergências do Plano de recuperação socioambiental que já estão sendo executadas de forma simples e não em formas de relatórios técnicos.
- Criação de uma instância, nos moldes de uma mesa de negociação, com participação dos atingidos, ATIs, Instituições de Justiça, MAB e demais envolvidos para deliberar sobre as questões de fornecimento de água e alimentação animal, dada a importância e urgência dessas medidas.
- Realização, em caráter de urgência, de estudos da qualidade da água utilizada pelas populações atingidas ao longo da Bacia do Paraopeba, tanto em Sistemas de Abastecimento Público quanto nos Sistemas Alternativos, o que inclui fontes, nascentes, poços, comunitários ou não.
- Distribuição, pela empresa criminosa, de água de qualidade e em quantidade suficiente para beber e manter as atividades básicas da população atingida.
- Atendimento qualificado por parte dos serviços públicos de saúde, que compreendam as especificidades dos danos à saúde das pessoas atingidas.

É TEMPO DE AVANÇAR! JUSTIÇA E REPARAÇÃO SÓ COM PARTICIPAÇÃO POPULAR!

